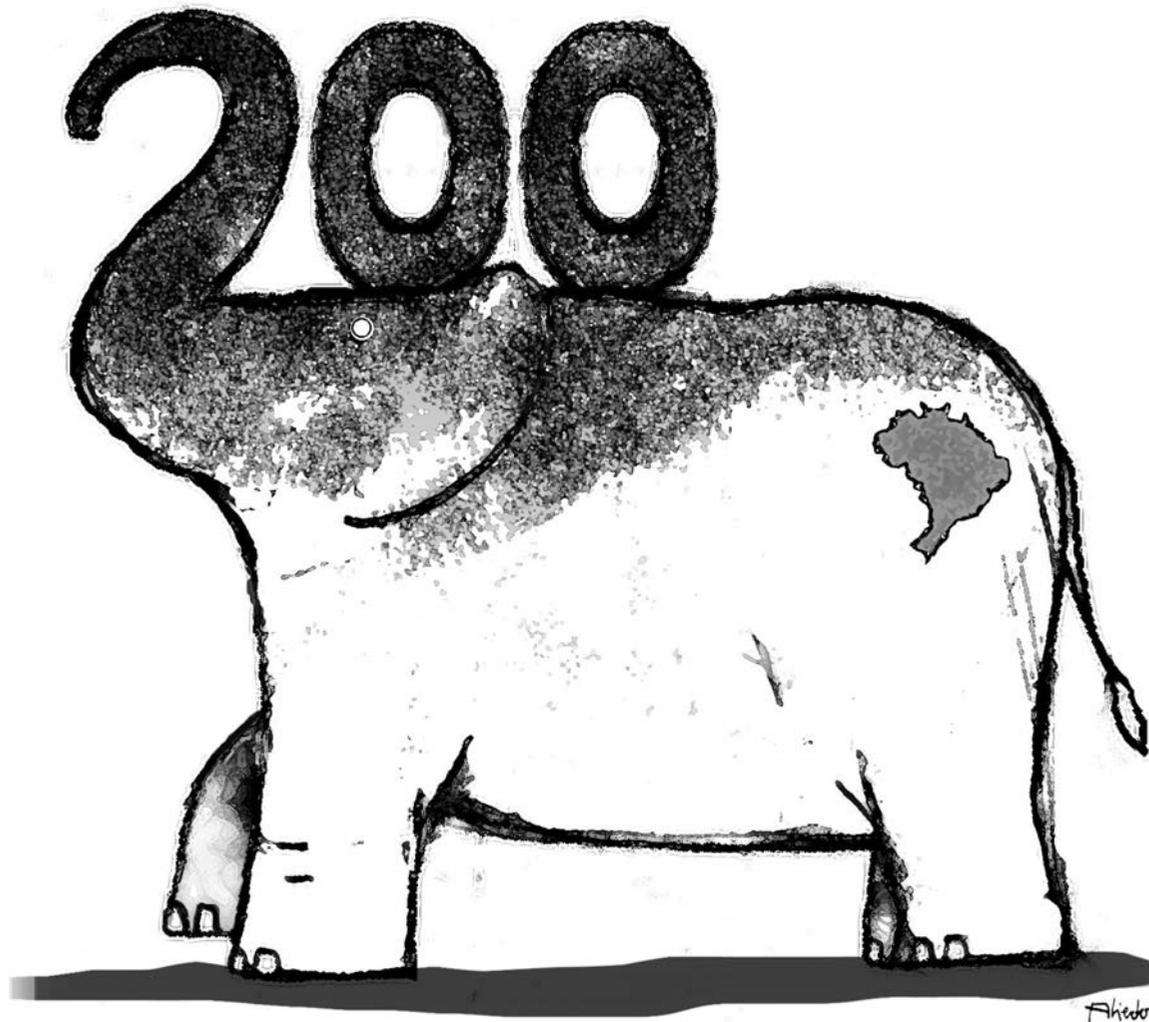


# JE

# Jornal dos Economistas

Nº 292 Novembro de 2013

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ



## 200 milhões em ação

As oportunidades do bônus demográfico e os desafios do envelhecimento da população no Brasil são detalhados em artigos de José Eustáquio Diniz Alves, Denise Gentil e Renato Veras e entrevista de Gabriel Borges.

Miguel Bruno critica a política econômica brasileira;  
resumo de monografia de Bianca Reich sobre os BRICs.

## 200 milhões em ação

Ao contrário do momento da entrada do Brasil no clube dos países com 100 milhões de habitantes, alardeada pelos propagandistas da ditadura militar, a recente quebra da barreira populacional de 200 milhões passou quase em branco. Ufanismos à parte, o fato de o Brasil ter tamanho contingente populacional e com tão marcantes peculiaridades demográficas – a ocorrência de um bônus demográfico nas próximas décadas, seguido por um envelhecimento populacional – merece uma reflexão aprofundada. A proposta desta edição é estimular este debate.

O bloco temático abre com o artigo de José Eustáquio Diniz Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE, que cita dados ilustrativos: no Brasil, a taxa de mortalidade infantil caiu de 135 por mil em 1950 para 15 por mil em 2010, a esperança de vida ao nascer passou de 50 anos em 1950 para 73 anos em 2010 e o número de nascimentos decresceu de seis filhos por mulher na década de 60 para 1,9 em 2010.

Denise Lobato Gentil, do IE/UFRJ, faz uma avaliação positiva da transição demográfica. Nos próximos vinte anos, a população em idade ativa crescerá. No período seguinte, as transferências com o sistema público de seguridade tendem a dinamizar a economia e aumentar a arrecadação tributária.

O entrevistado Gabriel Borges, da Ence, aponta que diversos países aproveitaram a redução no número de crianças para melhorar a qualidade do sistema educacional. Ele fala também da situação específica do Rio de Janeiro, que apresenta um quadro de envelhecimento populacional avançado.

Renato Veras, da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati), aponta que os idosos, que em 2005 compunham 11% da população em idade ativa, somarão 49% em 2050. É preciso criar condições para que eles desfrutem os anos adicionais com dignidade e bem-estar.

Fora do bloco temático, Miguel Bruno, também da Ence, critica a política econômica voltada para a otimização dos ativos dos setores financeiro e exportador de commodities. Na série de resumos dos trabalhos vencedores do 23º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado, Bianca Reich enfoca os BRICs.

## Sumário

200 milhões .....	3
<i>José Eustáquio Diniz Alves</i>	
<b>O Bônus Demográfico no Brasil</b>	
200 milhões .....	5
<i>Denise Lobato Gentil</i>	
<b>Transição demográfica sem catastrofismo</b>	
Entrevista: Gabriel Borges.....	6
<b>“Teremos um país cada vez mais envelhecido e com menos crianças. No início da década de 2040 passaríamos a ter uma diminuição da população”</b>	
200 milhões .....	8
<i>Renato Veras</i>	
<b>O protagonismo do idoso na sociedade atual: os novos desafios, demandas e inovações</b>	
Política Econômica.....	11
<i>Miguel Bruno</i>	
<b>Brasil 2013: anatomia de um modelo e inventário de suas (des) ilusões</b>	
Prêmio de Monografia.....	14
<i>Bianca Reich</i>	
<b>BRICs: projeções e realidade – uma avaliação do artigo <i>Building better global economic BRICs</i> dez anos após sua publicação</b>	
Resultado da eleição de 31 de outubro de 2013 – Renovação 1º Terço .....	16
Resolução nº 291, de 05 de novembro de 2013 .....	16

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**Conselho Editorial:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Edson Peterli Guimarães, José Ricardo de Moraes Lopes, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Sidney Pascounto da Rocha, Gilberto Caputo Santos, Marcelo Pereira Fernandes, Paulo Gonzaga Mibielli e Gisele Rodrigues. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques ([rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com)). **Ilustração:** Aliedo. **Fotolito e Impressão:** Ediouro. **Tiragem:** 13.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

### CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106  
Correio eletrônico: [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Vice-presidente:** Edson Peterli Guimarães. **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2011-2013): Arthur Câmara Cardozo, Renato Elman, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º Terço (2012 a 2014): Gilberto Caputo Santos, Edson Peterli Guimarães, Jorge de Oliveira Camargo – 3º Terço (2013-2015): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º Terço: (2011-2013): Eduardo Kaplan Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Marcelo Pereira Fernandes – 2º Terço: (2012-2014): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º Terço: (2013-2015): Cesar Homero Fernandes Lopes, José Ricardo de Moraes Lopes e Sérgio Carvalho Cunha da Motta.

### SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21)2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

### Mandato – 2011/2014

**Coordenação de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral), Antonio Melki Júnior e Wellington Leonardo da Silva.

**Coordenação de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos.

**Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz, José Antônio Lutterbach, José Jannotti Viegas e André Luiz Silva de Souza.

**Conselho Fiscal:** Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

# O Bônus Demográfico no Brasil

José Eustáquio Diniz Alves\*

A história da humanidade é a história da luta pela sobrevivência e pela extensão do ciclo de vida. Os seres humanos, até recentemente, conviviam com altas taxas de mortalidade, especialmente uma elevadíssima mortalidade infantil. Em meados do século XIX, a esperança de vida da população mundial estava ao redor de 30 anos. Mas os avanços no padrão de vida e as melhorias da medicina e das condições de saneamento e higiene reduziram as taxas de mortalidade, primeiro nos países de maior grau de urbanização e industrialização e depois no chamado Terceiro Mundo. A esperança de vida ao nascer da população mundial che-

gou à casa de 70 anos em 2010.

Após certo lapso de tempo, quando se consolidou o aumento do número de filhos sobreviventes, os casais passaram a limitar os nascimentos, provocando a queda das taxas de fecundidade. Este processo, conhecido como transição demográfica, é um dos fenômenos sociais mais importantes da modernidade e acontece de forma sincrônica com o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento econômico.

No Brasil, as taxas de mortalidade infantil começaram a cair de forma rápida e consistente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Vinte anos depois teve início a transição da fecundidade. A taxa de mortalidade infantil caiu de 135 por mil em 1950 para 15 por mil

em 2010, enquanto a esperança de vida ao nascer passou de 50 anos em 1950 para 73 anos em 2010. O número de nascimentos nas famílias permaneceu elevado e acima de seis filhos por mulher até meados da década de 1960, iniciando a partir daí um expressivo movimento de declínio, atingindo a taxa de 1,9 filhos por mulher, segundo o censo demográfico de 2010.

Todo país que passa pela transição demográfica experimenta, necessariamente, uma transformação da sua estrutura etária. Num primeiro momento, a base da pirâmide populacional se estreita, enquanto aumenta o peso relativo da população adulta. Num segundo momento, após décadas de transformação da estrutura de idade, há um crescimento, absoluto e relativo, da população idosa. As mudanças no formato da pirâmide populacional geram alterações na razão de dependência demográfica entre os grupos predominantemente consumidores e os majoritariamente produtores.

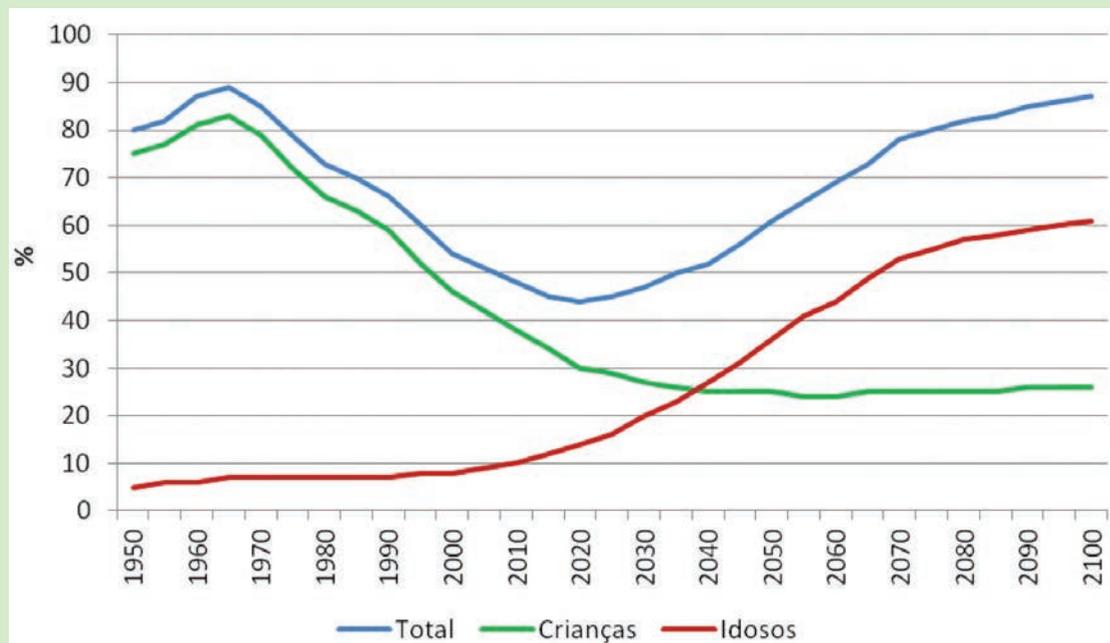
O Gráfico 1 mostra a razão de dependência demográfica para o Brasil no período de 1950 a 2100. Nota-se que entre 1950 e 1970 houve aumento da percentagem de crianças (0-14 anos) em relação à população adulta (15-64 anos), elevando também a razão de dependência total. Em 1970, havia cerca de 90 pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade de trabalhar. Mas em função da queda da fecundidade, a razão de dependência total veio caindo consistentemente e deve atingir o seu ponto mais baixo (44 pessoas dependentes para cada 100 pessoas em idade produtiva) no quinquênio 2020-25.



Ou seja, em meados do século passado, havia quase uma pessoa dependente para uma pessoa em idade de trabalhar, mas esta relação caiu pela metade, devendo ficar abaixo de 50% entre 2010 e 2030. Isto quer dizer que a carga econômica da dependência demográfica se reduziu bastante, possibilitando o aumento da renda *per capita* e a elevação da capacidade de poupança, tanto das famílias como em nível agregado. Maiores taxas de poupança – em termos micro e macroeconômicos – significam a possibilidade de maiores investimentos em capital humano e de incremento da taxa bruta de capital fixo.

Este fenômeno único e fundamental para a decolagem do desenvolvimento é chamado de “bônus demográfico” ou “dividendo demográfico”. Trata-se de uma “janela de oportunidade” que requer políticas econômicas adequadas para que a demografia possa ser colocada a serviço do desenvolvimento econômico e social, do bem-estar da população e do cuidado com o meio ambiente.



**Gráfico 1: Razão de dependência demográfica, Brasil: 1950-2100**

Fonte: World Population Prospects: The 2012 Revision. Disponível em <http://esa.un.org/unpd/wpp/index.htm>.

O bônus demográfico é, portanto, um fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (baixa proporção de crianças, adolescentes e idosos) e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar a qualidade de vida e reduzir os níveis de pobreza e desigualdade. Também pode contribuir para a redução das desigualdades de gênero, pois a queda das taxas de fecundidade e da mortalidade infantil transformam, em especial, a vida das mulheres, que passam a dedicar menos tempo às tarefas da reprodução e do cuidado dos filhos, ganhando mais tempo para cuidar de si próprias, investir na qualificação profissional e se incorporar à população economicamente ativa (PEA).

Todavia, o bônus demográfico é um fenômeno temporário e requer condições macroeconômicas adequadas, especialmente investimentos em educação de qualidade, saúde e trabalho decente. Nos anos 1980 – a chamada década perdida – o Brasil desperdiçou o início do bônus demográfico devido à crise econômica, que aumentou o desemprego, reduziu a renda e não criou oportunidades educacionais para os jovens. Nos anos 90, a economia cresceu e as condições sociais melhoraram, mas em ritmo insuficiente para utilizar todo o potencial da estrutura etária. O melhor aproveitamento do bônus demográfico brasileiro aconteceu no quinquênio 2004-2008, quando houve crescimento da renda, redução da pobreza, do desemprego e das desigualdades sociais e regionais. Mas após a recessão de 2009, o desempenho da economia brasileira tem ficado

abaixo do esperado e aquém de suas potencialidades.

O bônus demográfico dura o tempo de passagem de uma estrutura etária jovem para uma estrutura etária idosa (65 anos e mais). O tempo exato depende do ritmo de queda das taxas de fecundidade. Mas, em geral, o bônus demográfico tem uma extensão de cerca de 50 anos. No Brasil, a razão de dependência demográfica vai começar a aumentar por volta de 2030, pois o percentual de idosos vai crescer rapidamente, significando que a janela de oportunidade vai começar a se fechar gradualmente. No final do século XXI, a razão de dependência total terá voltado ao nível de 1970, puxada pelo processo de envelhecimento populacional.

Portanto, o Brasil tem pouco tempo para colher o bônus demográfico, reduzir a pobreza e investir em infraestrutura econômica e social. Em um futuro não muito

distante, o país vai ter que conviver com a diminuição do número de pessoas economicamente ativas e o aumento da população idosa, especialmente aquela acima de 80 anos, que requer muitos gastos com saúde e cuidado individual. Precisamos aproveitar as condições contemporâneas favoráveis, antes do envelhecimento populacional e antes da subida da razão de dependência demográfica.

O caminho para um horizonte saudável e sustentável, evidentemente, depende das condições determinadas historicamente, mas são os passos dados no presente que definirão a configuração do futuro. O que plantamos hoje iremos colher amanhã. O Brasil vai precisar de uma grande elevação da produtividade do trabalho para lidar com o fechamento da janela de oportunidade demográfica.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. E. D. *O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Aparte, Inclusão Social em Debate, IE-UFRJ, 06/12/2004. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/bonus-demografico.pdf>
- ALVES, J. E. D. e BRUNO, M. A. P. *População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica?* In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006, Caxambu. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campinas: ABEP, 2006. Disponível em: [http://www.abep.net/unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_302.pdf](http://www.abep.net/unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_302.pdf)
- ALVES, J. E. D. e VASCONCELOS, D. CARVALHO, A. A., *Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho*. Texto para Discussão, 10, Cepal/IPEA, Brasília, pp. 1-38, 2010. Disponível em: [http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/42471/CEPAL\\_10\\_MIOLO.pdf](http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/1/42471/CEPAL_10_MIOLO.pdf)
- \* É doutor em demografia e professor titular do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE.

# Transição demográfica sem catastrofismo

Denise Lobato Gentil\*

É possível escolher uma perspectiva não catastrófica de avaliação da transição demográfica do país, ao invés de congelar o futuro numa imagem alarmista concentrada no crescimento do número de idosos. Em vez de dizer que ocorrerá um acelerado envelhecimento da população no Brasil nas próximas décadas, pode-se dizer outra coisa: nos próximos vinte anos, o Brasil passará por um período de crescimento da população em idade ativa, atingindo o pico máximo da oferta da força de trabalho em torno de 2033. Teremos duas décadas de bônus demográfico. Mesmo depois que iniciar o declínio, em 2050 o número de pessoas ativas ainda será superior ao que existe hoje. Essa é a previsão. E isso muda a percepção dos eventos futuros.

Vários outros ângulos poderão ser explorados e tudo dependerá da estratégia que as lideranças políticas do país optarão por colocar em marcha. Isto porque, no futuro, não haverá apenas envelhecimento. Educação, saúde, previdência e mercado de trabalhos serão atingidos de formas diferentes.

O setor de educação do país será afetado, pois a população entre zero e 17 anos diminuirá. Haverá menor demanda por educação (ensino básico e médio), o que disponibilizará mais recursos para investimentos educacionais. Será possível viabilizar a universalização do ensino básico, a elevação da qualidade do ensino e a eliminação do analfabetismo, que são as bases imprescindíveis pa-

ra a melhoria dos padrões tecnológicos, elevação da produtividade e da renda. Sem estes resultados, a solução do problema da previdência poderá cobrar um alto custo social. São necessários ganhos educacionais e de produtividade num cenário de envelhecimento da população e isso poderá ser viabilizado com políticas públicas adequadas.

Outro resultado da transição demográfica é o crescimento da oferta de força de trabalho, sobretudo feminina, nos próximos vinte anos. Será criada uma situação favorável ao aumento do excedente econômico se essa população for absorvida em atividades produtivas de remuneração mais elevada que a de hoje e em empregos formais de melhor qualidade. Para isso, a política macroeconômica precisará ter o pleno emprego como alvo. Mas não apenas isso. A política educacional necessitará se converter em prioridade estratégica de fortalecimento da capacidade produtiva dos trabalhadores. E as demais políticas de regulação do mercado de trabalho precisarão focar na redução da informalidade, da precariedade e da discriminação contra as mulheres. São políticas públicas que aproveitariam o bom momento demográfico dos próximos vinte anos para gerar um elevado nível de emprego e produção e, assim, reduzir a pobreza e a desigualdade.

No setor de saúde e de previdência ocorrerá o aumento dos gastos com o envelhecimento da população. Os gastos com urgência e emergência e aqueles relacionados ao tratamento de doenças crônicas se elevarão. São tratamentos custosos, porque são

mais longos e exigem equipamentos e disponibilidade de leitos hospitalares. Entretanto, há um pessimismo, seguramente exagerado, quanto ao impacto nos gastos com saúde e aposentadorias. Uma percepção alternativa sobre esse tema está necessariamente condicionada à compreensão do papel do gasto na demanda efetiva. As transferências com o sistema público de seguridade são consideradas gastos autônomos pela teoria da demanda efetiva. São não apenas benéficos para a redução da pobreza e das desigualdades sociais, mas são também favoráveis à demanda agregada, à formação de capital e ao crescimento. Por ser uma renda que atende a uma população com elevada propensão a consumir (doentes, desempregados, acidentados do trabalho, idosos aposentados e pessoas de baixa renda), será gasta de forma integral. Transformar-se-á na aquisição de medicamentos, alimentos, vestuário e outros bens de primeira necessidade que dinamizam a economia. Assim, o governo, ao gastar e induzir os gastos privados, eleva o montante de demanda agregada, o nível de produto, de emprego e de lucro. A consequência será também o aumento da arrecadação tributária, que financiará os gastos realizados.

O suposto “fardo” das aposentadorias se transforma num esquema favorável ao capital e à criação de capacidade produtiva. E a razão mais importante para isso, como disse Keynes, é que “o capital não é uma entidade autossuficiente existindo independente do consumo” e “todo fortalecimento na propensão a consumir, conside-

rado como um fenômeno permanente, deve fortalecer a demanda por capital”.

Entretanto, não bastará elevar o consumo e crescer. É necessário um padrão de crescimento que gere o contínuo aumento da produtividade média da economia. A variável produtividade é estratégica numa sociedade em que o número de idosos se amplia a cada década. O consumo mais elevado de inativos precisa ser compensado com o aumento da produção dos trabalhadores ativos. Além disso, o sistema previdenciário está apoiado em receitas tributárias provenientes da massa salarial, dos lucros e do faturamento e, sendo assim, o crescimento da produtividade é essencial para o aumento das bases de incidência dos tributos. As políticas de desenvolvimento industrial, de ciência e tecnologia, os investimentos em infraestrutura e em educação são políticas públicas necessárias para provocar o aumento da produtividade.

Como se vê, o fato de existir uma tendência de envelhecimento da população não quer dizer que, no futuro, o país terá que amargar políticas necessariamente restritivas porque os custos dessa transição serão elevados. Ao contrário, existe a possibilidade de transformar essas circunstâncias em estratégias favoráveis a uma nova perspectiva de desenvolvimento. Mas só será assim se for possível agregar forças sociais e políticas expressivas que possam garantir um rumo alternativo.

\* É doutora em Economia pelo IE/UFRJ e professora e pesquisadora nas áreas de Macroeconomia e Economia do Setor Público do IE/UFRJ.

## “Teremos um país cada vez mais envelhecido e com menos crianças. No início da década de 2040 passaríamos a ter uma diminuição da população”



Gabriel Borges possui mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence). Atualmente é pesquisador em informações geográficas e estatística do IBGE e representante do instituto na Comissão Nacional de Atuária (CNA). É também coordenador do Comitê de Gestão de Indicadores (CGI) Demográficos da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA) e tesoureiro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep). Nesta entrevista, Gabriel analisa a situação demográfica do Brasil e aponta oportunidades e desafios.

**P: O que significa e qual a importância da transição demográfica e do chamado bônus demográfico?**

R: A transição demográfica refere-se a um fenômeno de mudanças, em que as populações passam de patamares de altas taxas de fecundidade e mortalidade para baixos níveis destes dois indicadores. Este fenômeno é recorrente em diversas regiões, sendo de extrema relevância, já que é determinante das mudanças populacionais, como tamanho e estrutura por sexo e idade. O bônus demográfico, também chamado de janela de oportunidades, surge como consequência destas mudanças, sendo representado pelo período em que há uma alta proporção de pessoas em idade potencialmente ativa, comparativamente ao grupo de crianças e idosos. Teoricamente, esta maior proporção de pessoas em idade ativa favorecerá o desenvolvimen-

to econômico, já que mais pessoas produzindo propiciariam mais reservas para investimentos econômicos e sociais.

**P: O bônus demográfico brasileiro está perto do fim?**

R: Segundo as mais recentes projeções do IBGE, a Razão de Dependência, que indica o número de pessoas em idade potencialmente inativa para cada pessoa em idade ativa, chegaria ao seu menor valor no início da década de 2020, passando a ser crescente a partir daí. Apenas no final da década de 2030 voltaríamos a ter o mesmo patamar que o observado em 2010. Ou seja, ainda temos pelo menos duas décadas com esta relação próxima ou mais favorável do que os níveis atuais. Há que se destacar, contudo, que esta população potencialmente inativa é composta por crianças e idosos. A razão de dependência de crianças é sempre decrescente no horizonte da proje-

ção, sendo a de idosos sempre crescente no mesmo período. Para estes dois segmentos existem oportunidades e desafios diferentes. A proporção de idosos na população, por exemplo, cresce a um ritmo bastante acelerado, o que representa importantes desafios, especialmente ligados à seguridade social. Além disso, o bônus demográfico não é automaticamente determinado apenas pelas condições demográficas. Os possíveis benefícios colhidos supõem certas condições de cobertura e qualidade educacional, além de políticas adequadas de emprego, que consigam incorporar satisfatoriamente a população ao mercado de trabalho, e em empregos de qualidade, no mercado formal e adequadamente remunerado.

**P: O Brasil tem tirado proveito de seu bônus demográfico?**

R: De certa forma o Brasil tem se beneficiado das mudanças demo-

gráficas ocorridas no país. Estudos mostram que parte do crescimento econômico das últimas décadas esteve ligado às mudanças populacionais. Alguns avanços que conseguimos na educação também podem ter sido impulsionados pela diminuição do número de crianças. Talvez pudéssemos aproveitar mais com melhora na qualidade da educação e criação de empregos de qualidade.

**P: Como diferentes países tiraram proveito do bônus demográfico?**

R: Diversos países aproveitam sua transição demográfica investindo em educação, já que com a queda da fecundidade o número de crianças diminui, atenuando também a demanda por educação. Estes avanços nos níveis educacionais da população têm diversas vantagens para o desenvolvimento social e econômico das populações. Além disso, medi-

das de estímulo à economia também têm sido adotadas com vistas a tirar um melhor proveito da situação demográfica favorável. O impressionante crescimento econômico dos chamados Tigres Asiáticos, por exemplo, é em boa parte associado às mudanças populacionais ocorridas nesses países.

**P: No plano regional, quais têm sido as grandes mudanças demográficas no Brasil nos últimos 10 anos?**

R: Assim como acontece para o conjunto do país, cada uma das regiões brasileiras também tem passado pelo processo de transição demográfica, apresentando tendência geral de queda nos níveis de mortalidade e fecundidade, em direção a uma população mais envelhecida e com taxas de crescimento populacional cada vez menores. Contudo, diferenças regionais ainda persistem, refletindo, de certa forma, os diferenciais socioeconômicos existentes no país. Quando se considera a dinâmica demográfica regional, os movimentos migratórios, especialmente a migração interna, passam a ser também determinantes, tanto no crescimento populacional quanto na estrutura por sexo e idade, já que os movimentos migratórios são diferenciais segundo estas duas variáveis. Regiões receptoras de população tendem a ter um aumento da sua população em idade ativa, enquanto as regiões “expulsoras” têm uma diminuição deste grupo, o que muitas vezes aumenta o peso relativo da população idosa.

**P: Quais têm sido as grandes mudanças demográficas no Estado do Rio de Janeiro nos últimos 10 anos?**

R: O Rio de Janeiro, que já era um estado bastante envelheci-

do, em função de ter sido uma das primeiras regiões no país a passar pelo processo de transição demográfica, segue nesta tendência de envelhecimento, já que continua sendo um dos estados com a menor taxa de fecundidade do país, e ainda tendo apresentado uma tendência de queda na última década. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra cerca de três quartos da população do estado e já não apresenta mais os altos níveis de crescimento demográfico do passado. O crescimento populacional no estado tem se dado mais em outras regiões do interior. Rio das Ostras, por exemplo, foi um dos municípios que mais cresceram no Brasil na última década, especialmente em função da exploração do petróleo na região e todas as demais atividades envolvidas.

**P: É inevitável uma reforma na previdência no Brasil?**

R: A previdência social básica no Brasil está baseada no regime financeiro de repartição simples, onde, em linhas gerais, os trabalhadores em atividade financiam os inativos em um dado período de tempo. Neste modelo, o impacto das mudanças demográficas é muito grande. Com uma perspectiva de crescimento da população idosa em um ritmo mais acelerado que o da população em idade ativa, como já vem ocorrendo, é urgente a discussão sobre formas de equalizar receitas e despesas, tendo em vista especialmente o panorama demográfico atual e prospectivo para médio e longo prazos. Além de uma reforma na previdência, é necessário atuar em outras frentes. A formalização do mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, ainda é muito baixa. Apesar dos avanços recentes, cerca de 40% dos trabalhado-

res ainda estão no mercado informal, ou seja, sem contribuir para o sistema de previdência e, conseqüentemente, sem cobertura.

**P: O que tem levado no Brasil à queda da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida?**

R: O aumento da esperança de vida está diretamente relacionado à melhora nas condições de vida da população, como consequência dos avanços tecnológicos, especialmente na área da saúde, além de políticas de saúde pública e de saneamento básico. A queda da fecundidade esteve também relacionada a este processo de avanços tecnológicos, especialmente pela difusão de métodos contraceptivos modernos. Mas, principalmente, por mudanças culturais e comportamentais, segundo as quais é desejável se ter um número cada vez menor de filhos.

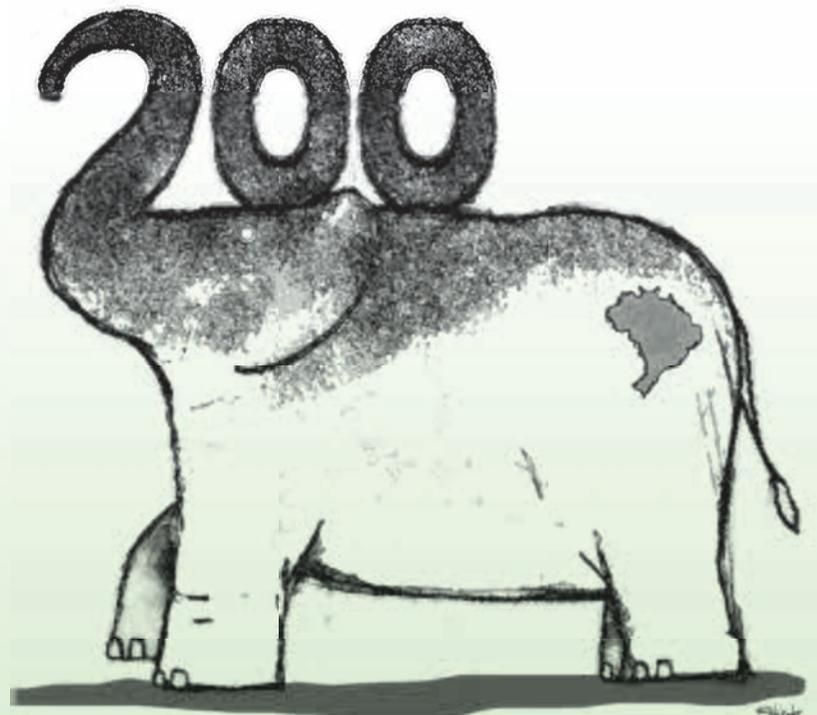
**P: É correto considerar idoso quem tem 60 anos ou mais?**

R: O Estatuto do Idoso considera

como população idosa aquela com 60 anos ou mais, idade que já tinha sido estabelecida pela Política Nacional do Idoso em 1994. Acho que este limite etário não deveria permanecer estático por um longo período de tempo. A população está envelhecendo a um ritmo bastante acelerado e as condições de vida desta população, além do seu papel na sociedade, também têm mudando bastante.

**P: Como será o Brasil nas próximas décadas, segundo as projeções demográficas do IBGE?**

R: Segundo as projeções populacionais do IBGE, o Brasil nas próximas décadas terá níveis de mortalidade e fecundidade cada vez menores. Em função disso, teremos um país cada vez mais envelhecido, com crescente participação da população idosa e cada vez menos crianças. A população brasileira continua crescendo, mas a taxas cada vez menores. No início da década de 2040 passaríamos a ter uma diminuição da população.



# O protagonismo do idoso na sociedade atual: os novos desafios, demandas e inovações

Renato Veras\*

O crescimento da população idosa é um fenômeno mundial e, no Brasil, as modificações ocorrem de forma radical e muito acelerada. As variações na estrutura etária resultarão em maiores pressões sobre os sistemas de saúde brasileiros, que terão aumento significativo de demanda, e sobre a previdência social, já que o tempo de concessão do benefício de aposentadoria será naturalmente ampliado. Qualquer política destinada aos idosos deve levar em conta a capacidade funcional, a necessidade de autonomia, de participação, de cuidado e de autossatisfação desse grupo. Também deve possibilitar a atuação em diversos contextos sociais e elaborar novos significados para a vida na idade avançada, incentivando a prevenção, o cuidado e a atenção integral à saúde. Este artigo visa estimular a discussão sobre a necessidade de políticas públicas efetivas de manutenção da capacidade funcional dos idosos, de novas estratégias de prevenção e atenção integral, e de foco inovador no cuidado do idoso.

Cada vez mais presente no cotidiano da sociedade brasileira, o tema do envelhecimento populacional vem sendo discutido, nas últimas décadas, em centenas de artigos, livros, debates, instituições públicas e privadas. Essa é uma tendência que deve ganhar ainda mais força, pois o Brasil tem caminhado em direção a índices sociais e demográficos de Primeiro Mundo – embora com sistemas e insti-

tuições herdadas de outro contexto –, e envelhecer é, de algum modo, reflexo de prosperidade.

O debate sobre essa transição demográfica já está bem consolidado, mas o que nos desperta particular interesse atualmente são as consequências da ampliação do tempo de vida da população para as políticas sociais, em especial na área da saúde. A velocidade do envelhecimento populacional no Brasil será significativamente maior do que a que ocorreu nas sociedades mais desenvolvidas no século passado.

As projeções mais conservadoras indicam que, em 2020, o Brasil será o sexto país do mundo em número de idosos, com um contingente superior a 30 milhões de pessoas (Carvalho; Garcia, 2003). E ainda, projeções do Banco Mundial (World Bank, 2011) apontam que a população idosa vai mais do que triplicar nas próximas quatro décadas, passando de menos de 20 milhões em 2010, para cerca de 65 milhões em 2050. Os idosos, que em 2005 compunham 11% da população em idade ativa, somarão 49% em 2050, ao passo que a população em idade escolar diminuirá de 50% para 29% no mesmo período.

Essas variações na estrutura etária resultarão em maiores pressões sobre os sistemas de saúde brasileiros, que registrarão aumento significativo de demanda, e sobre a previdência social, uma vez que o tempo de concessão do benefício de aposentadoria será naturalmente ampliado.

Como consequência de uma população mais envelhecida, a promoção e a educação em saúde, a



prevenção e o retardamento de doenças e fragilidades, a manutenção da independência e da autonomia são ações que precisam ser ampliadas. Afinal, não basta simplesmente viver mais; é essencial que os anos adicionais sejam desfrutados com qualidade, dignidade e bem-estar.

As estratégias de prevenção ao longo de todo o curso da vida se tornam mais importantes para resolver os desafios de hoje e, de forma crescente, os de amanhã (Veras, 2009). À medida que a sociedade envelhece, os problemas de saúde dos idosos desafiam os modelos tradicionais de cuidado. Os avanços da tecnologia, da ciência e da medicina oferecem àqueles que utilizam as modernas ferramentas para a manutenção da saúde a chance de desfrutar por mais anos de vida na velhice (Veras, 2011). O que nos desperta particular interesse, portanto, são as consequências da ampliação do tempo de vida da população no que diz respeito às políticas sociais, e em especial na área da saúde.

## Os novos desafios

O prolongamento da vida é uma aspiração de qualquer sociedade. No entanto, só pode ser considerado como uma conquista real na medida em que se agregue qualidade aos anos adicionais de vida. Assim, qualquer política destinada aos idosos deve levar em conta a capacidade funcional, a necessidade de autonomia, de participação, de cuidado e de autossatisfação. Também permitir a atuação em diversos contextos sociais e a elaboração de novos significados para a vida na idade avançada. E incentivar, fundamentalmente, a prevenção, o cuidado e a atenção integral à saúde.

Chegar à velhice é uma realidade populacional mesmo nos países mais pobres. Ainda que a melhora substancial dos parâmetros de saúde das populações observada no século XX esteja longe de se distribuir de forma equitativa nos diferentes países e contextos socioeconômicos, envelhecer não é mais privilégio de poucos.

A velocidade do processo de transição demográfica e epidemiológica vivido pelo Brasil nas últimas décadas traz uma série de questões cruciais para gestores e pesquisadores dos sistemas de saúde, com repercussões para a sociedade como um todo, especialmente num contexto de acentuada desigualdade social e fragilidade das instituições.

O cenário se torna mais complexo quando se observa que, simultaneamente à carência geral de recursos, há dois segmentos etários, idosos e jovens, demandando programas específicos e recursos

públicos, bem como habilidade, criatividade gerencial e capacidade de inovação para administrar a escassez por parte dos gestores.

O Brasil hoje é um “jovem país de cabelos brancos”. A cada ano, 750 mil novos idosos são incorporados à população brasileira, a maior parte com doenças crônicas e alguns com limitações funcionais. Em menos de 40 anos, o Brasil passou de um cenário de mortalidade próprio de uma população jovem para um quadro de enfermidades complexas e onerosas, típica dos países longevos, caracterizado por doenças crônicas e múltiplas que perduram por anos, com exigência de cuidados cons-

tantes, medicação contínua e exames periódicos.

Um dos resultados dessa dinâmica é a maior procura dos idosos por serviços de saúde. As internações hospitalares são mais frequentes e o tempo de ocupação do leito é maior quando comparado a outras faixas etárias. Desta forma, o envelhecimento populacional se traduz em maior carga de doenças na população, mais incapacidades e aumento do uso dos serviços de saúde.

Estudos relevantes (Parahyba et al., 2005; Veras et al., 2007) têm mostrado que doenças crônicas, bem como suas incapacidades, não são conseqüências inevitáveis do

envelhecimento. A prevenção é efetiva em qualquer nível, mesmo nas fases mais tardias da vida – portanto, a ênfase na prevenção é a chave para se mudar o quadro atual.

Os idosos brasileiros convivem com medo de violências, falta de assistência médica e de hospitais e escassas atividades de lazer, além de angústias com os baixos valores das aposentadorias e pensões (Neri; Soares, 2007; Veras; Parahyba, 2007; Veras, 2007). Com o substancial aumento dos valores das aposentadorias e pensões nos últimos anos, ainda que os valores ainda sejam reconhecidamente pequenos, já se observam reflexos positivos, conforme indicado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

À desinformação, ao preconceito e ao desrespeito aos cidadãos da terceira idade, somam-se a preca-

riedade de investimentos públicos para atendimento às necessidades específicas da população idosa, e mesmo de recursos humanos, tanto em quantidade como em qualidade. Os fatos e as evidências apontam urgência de mudanças no cuidado à população idosa. Os modelos vigentes são pouco eficientes e de alto custo. Assim, tornam-se necessários novos métodos de planejamento e gerência, pois a prestação dos cuidados reclama estruturas criativas e inovadoras, com propostas de ações diferenciadas, de modo que o sistema ganhe eficiência e o idoso possa usufruir integralmente os anos proporcionados pelo avanço da ciência (Lima-Costa; Veras, 2003).

### O conceito de capacidade funcional

No Brasil, os esforços ainda são pontuais e desarticulados. Recentemente, o Ministério da Saúde incluiu a saúde do idoso como item prioritário na agenda de saúde do país, promulgando uma no-



Ariedo

va política nacional de saúde da pessoa idosa<sup>1</sup> que objetiva, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), garantir atenção integral à saúde da população idosa, enfatizando o envelhecimento saudável e ativo, com base no paradigma da capacidade funcional, abordada de maneira multidimensional.<sup>2</sup> Seu efeito prático, no entanto, ainda não foi observado. O peso assistencial é preponderante e o notável grau de desarticulação dentro do sistema de saúde dificulta a operacionalização de qualquer lógica baseada em uma avaliação capaz de abranger os múltiplos aspectos da vida do idoso (Veras; Caldas, 2004).

O marco teórico dessa abordagem multidimensional possui a chancela da Organização Mundial da Saúde (OMS), que adotou o documento *Envelhecimento ativo: um marco para elaboração de políticas*, em que apresenta os principais desafios a serem enfrentados no mundo em relação ao envelhecimento da população, destacando o fato de que a saúde só pode ser criada e mantida com a participação de vários setores. Além disso, a OMS recomenda que políticas

de saúde na área de envelhecimento levem em consideração os determinantes de saúde ao longo de todo o curso de vida (sociais, econômicos, comportamentais, pessoais, culturais, além do ambiente físico e acesso a serviços), com particular ênfase sobre as questões de gênero e as desigualdades sociais. Dessa forma, a organização do sistema para uma eficiente atenção à população idosa constitui um dos principais desafios que o setor saúde tem que enfrentar.

Quando se pensa na elaboração de uma nova política de cuidado para o idoso baseada na qualidade de vida, assume importância basilar o conceito de capacidade funcional, isto é, a capacidade de se manter as habilidades físicas e mentais necessárias para uma vida independente e autônoma. A maioria das doenças crônicas dos idosos tem seu principal fator de risco na própria idade. No entanto, esta longevidade não impede que o idoso possa conduzir sua própria vida de forma autônoma e decidir sobre seus interesses. O idoso que mantém sua independência e autodeterminação – capacidade de o indivíduo po-

der exercer sua autonomia – deve ser considerado um idoso saudável, ainda que apresente uma ou mais doenças crônicas.

### Considerações finais

Deve-se enfatizar, assim, a manutenção da capacidade funcional na busca da “compressão da morbidade”, segundo Fries (Fries; Crapo, 1981; Fries, 1980). Segundo o autor, isso significa desenvolver estratégias que visem postergar a morte ao máximo possível, retardando a evolução das doenças, levando a vida para o limiar mais próximo possível do limite máximo da existência da espécie humana, mas com qualidade de vida, com autonomia e independência, ou seja, com capacidade funcional.

Os tomadores de decisão devem ser sensibilizados quanto à necessidade de se adotar novas estratégias. Estabelecida a evidência do processo das transformações operadas no setor saúde, em decorrência da transição demográfica e epidemiológica da população brasileira, foco especial deve ser dirigido ao cuidado do idoso e aos portadores de doença crônica, que são os que mais demandam por serviços de saúde.

Alguns pesquisadores vêm enfatizando essas prioridades há décadas. No entanto, como muito pouco foi feito, talvez seja hora de classificar esse tradicionalismo das ações hegemônicas como uma forma de violentar as possibilidades de uma vida longa e saudável. Este é um novo enfoque que trazemos para discussão, como modo de tentar entender o porquê da dificuldade do setor de saúde em protagonizar ações reconhecidamente mais eficazes e de melhor relação custo-benefício. Esta negligência na aplicação de modelos mais adequados e resolutivos se configura, portanto, mais uma categoria relativa à violência e à saúde dos idosos.

---

\* É médico, especialista em gestão da saúde para idosos e diretor da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui doutorado pela Universidade de Londres.

---

1 Brasil. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 3 out. 2003.

2 Ministério da Saúde. Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. *Diário Oficial da União*, 20 out. 2006.

### REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J.A.M.; GARCIA, R.A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-33, 2003.
- FRIES, J.F.; CRAPO, L.M. *Vitality and aging: implications of the rectangular curve*. San Francisco: WH Freeman, 1981.
- FRIES, J.F. Aging, natural death and the compression of mortality. *New England Journal of Medicine*, v. 303, n. 3, p. 130-5, 1980.
- LIMA-COSTA, M.F.; VERAS, R.P. Saúde pública e envelhecimento. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 700-1, 2003.
- NERI, M.C.; SOARES, W.L. Estimando o impacto da renda na saúde através de programas de transferência de renda aos idosos de baixa renda no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1.845-56, 2007.
- PARAHYBA, M.I.; VERAS, R.P.; MELZER, D. Incapacidade funcional entre as mulheres idosas no Brasil. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 383-91, 2005.
- VERAS, R.P. et al. Promovendo a saúde e prevenindo a dependência: identificando indicadores de fragilidade em idosos independentes. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 355-70, 2007.
- VERAS, R.P.; CALDAS, C.P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 423-32, 2004.
- VERAS, R.P.; PARAHYBA, M.I. O anacronismo dos modelos assistenciais para os idosos na área da saúde: desafios para o setor privado. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2479-89, 2007.
- VERAS, R.P. Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2463-66, 2007.
- VERAS, R.P. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 548-554, maio-jun. 2009.
- VERAS, R.P. Inovação: uma saída para o setor saúde. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 413-414, 2011.
- WORLD BANK. *Population aging: is Latin America ready? Directions in development*. Washington D.C.: World Bank; 2011.

# Brasil 2013: anatomia de um modelo e inventário de suas (des) ilusões<sup>1</sup>

Miguel Bruno\*

O debate acerca do atual modelo econômico brasileiro, de suas características estruturais e consequências para o desenvolvimento do país está politicamente esvaziado. Liderada pelas forças conservadoras, a oposição não pode criticá-lo em essência, apenas de modo pontual e superficial, no que concerne a aspectos meramente formais ou acessórios, pois foi através dela que esse modelo se instituiu nos períodos Collor e FHC. Esses aspectos remetem a pequenas mudanças *na*, mas não *da*, política econômica ou propostas de

aprofundamento de algumas de suas especificidades institucionais (mais liberalização financeira; conversibilidade plena do Real; mais flexibilidade das relações de trabalho e maiores reduções de custos para o grande capital nacional e estrangeiro; mais restrições aos gastos públicos, notadamente, da seguridade social, etc.).

Os governos do PT e seus partidos coligados, que atualmente controlam grande parte do aparelho de Estado brasileiro, não somente herdaram esse modelo neoliberal dependente, mas também a hegemonia econômica e política dos setores que contribuíram para sua implantação e que,

portanto, mais se beneficiam com a sua permanência: o setor bancário-financeiro e seus parceiros de finanças globais, ávidos de lucros em ativos líquidos de curto prazo e de baixo risco, e os setores produtores de commodities energéticas, metálicas e agrícolas. Para esses setores, as características desse modelo são as melhores para o país, restando apenas aperfeiçoá-las mediante várias reformas, destacando-se as reformas fiscal, trabalhista e previdenciária. Todas elas deveriam ser implementadas segundo formatação “mais adequada” ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro, quer dizer, sob os critérios e demandas imediatas desses setores.

Pondo-se de lado esses argumentos falaciosos, porquanto ideológicos, difundidos na grande mídia pelos setores ganhadores e pelas propagandas oficiais pouco realistas que buscam legitimá-lo perante a sociedade, a pesquisa

científica em Economia não pode se furtar na busca das verdadeiras condições pelas quais o Brasil efetivamente lograria o tão desejado status de país desenvolvido.

A anatomia do modelo econômico que emergiu das transformações estruturais da economia brasileira desde os anos 1990 pode ser viabilizada considerando-se cinco grandes áreas ou componentes de sua institucionalidade: a) o padrão de inserção internacional; b) o regime monetário-financeiro; c) as formas da concorrência; d) o tipo de Estado e suas relações com a economia; e e) a configuração da relação salarial, enquanto forma institucionalizada dos vínculos entre capital e trabalho assalariado. De acordo com a abordagem



regulacionista<sup>2</sup>, essas grandes áreas, quando combinadas, seguem uma determinada hierarquia e complementaridade e corresponderão às bases institucionais sobre as quais a natureza e lógica de um modelo econômico são reproduzidas. Como as configurações de cada uma dessas áreas e sua hierarquia e complementaridade resultam tanto das ações deliberadas do Estado nacional quanto das reações dos demais setores econômicos e das contingências da própria evolução da economia e sociedade, elas frequentemente desencadeiam efeitos imprevisíveis ou até mesmo indesejados, seja para setores específicos, seja para o conjunto da economia.

Nesse contexto, a política econômica é um instrumento estatal inteiramente dependente, em termos de formatação e eficiência, dessa arquitetura institucional forjada pelas lutas sociais e políticas, sob o peso decisivo dos setores econômicos dominantes. Por isso é muito mais fácil implementar mudanças *na*, mas não *da* política econômica, já que esta última deve responder às necessidades objetivas derivadas das bases institucionais do modelo vigente, reflexo dos interesses econômico-financeiros dos setores hegemônicos. Uma nova política econômica requer nova arquitetura institucional de base para um outro modelo. Uma vez institucionalizado, o modelo econômico dá nascimento a um regime de crescimento que responderá pela performance macroeconômica do país, avaliada quanto à evolução do PIB, do desemprego, da inflação, da situação externa e das finanças públicas.

Na economia brasileira atual, o padrão de inserção internacional, o regime monetário-finan-

**Quadro 1 – Brasil 2013: componentes institucionais do modelo econômico em ordem hierárquica de dominância estrutural**

Componentes	Características
(1º) Inserção internacional	Prioriza a revalorização financeira e rentista dos capitais e não a aceleração do crescimento econômico em bases sustentáveis, mantendo o endividamento público interno muito elevado e as condições estruturais para a permanência de déficits sistemáticos em transações correntes. O regime de câmbio flutuante assume um viés de apreciação real e a taxa de câmbio não pode ser utilizada numa política industrial consistente, pois se torna um ativo especulativo à disposição dos mercados de derivativos.
(2º) Regime monetário-financeiro	Prioriza as necessidades do capital bancário-financeiro e não a expansão do crédito aos setores diretamente produtivos. Sem a tríade BB-CEF-BNDES, a economia brasileira tenderia à estagnação. O Banco Central é apenas teoricamente independente, pois se torna refém dos interesses da alta finança liberalizada.
(3º) Concorrência	A liberalização comercial intensificou a concorrência oligopolista com a entrada de novas empresas estrangeiras, mas foram reduzidos os impactos sobre a formação interna de preços e sobre o sistema de inovações brasileiro. A internacionalização das plantas industriais avança em setores estratégicos da economia nacional, aprofundando o grau de dependência tecnológica do país.
(4º) Estado	Tornando-se o fiador da inserção internacional subordinada aos mercados financeiros globais, a autonomia da política econômica é drasticamente reduzida. A dívida pública interna permanece onerosamente financiada em termos de prazos e encargos. Em consequência, a “punção rentista” exercida pelas finanças privadas sobre as finanças públicas tem como contrapartida uma expansão sem precedentes da carga tributária.
(5º) Relação salarial	A redução das taxas de desemprego aberto deve-se à geração de postos de trabalho de baixa qualificação e remuneração. O contingente de trabalhadores informais permanece ainda muito elevado. As pressões exercidas pelas componentes institucionais dominantes dão-se no sentido de aprofundar ainda mais o grau de flexibilidade salarial e contratual em uma relação capital-trabalho historicamente muito flexível e pouco estruturada. Entretanto, a apreciação cambial resultante do modelo eleva o poder aquisitivo em dólar dos salários, a despeito de sua fraca conexão com os baixos ganhos de produtividade que esse tipo de economia gera.

ceiro e a concorrência oligopolista são os componentes chave, pois estão hierarquicamente superiores, na arquitetura institucional em que se baseia o regime de crescimento. Hierarquicamente superiores significa que câmbio flutuante com viés de apreciação real,

sistema de metas de inflação sob as mais altas taxas reais de juros do planeta e busca permanente de superávits primários que limitam as políticas pró-crescimento do Estado são peças necessárias, pois compatíveis com essa arquitetura formatada pelos e para os interes-

ses dos setores beneficiários diretos do modelo econômico vigente. Em outros termos, o padrão de inserção internacional dá a tônica dominante, isto é, é dele que emanam as restrições estruturais para que as outras quatro grandes áreas, o Estado, o regime monetário-

-financeiro, a concorrência e a relação salarial se reconfigurem e se adequem a uma forma de liberalização comercial e financeira muito desconectada das necessidades dos setores diretamente produtivos, particularmente da indústria brasileira. No plano político-ideológico, a vulgata difundida pela mídia convencional ostensivamente tenta convencer a todos que se trata de uma configuração vantajosa para o conjunto da indústria e da sociedade, já que promoveria o desenvolvimento socioeconômico. Será? Vamos olhar mais de perto.

O Quadro 1 reúne as principais características de cada um dos cinco componentes da arquitetura institucional de base do modelo econômico neoliberal dependente do Brasil. Esses componentes se articulam sob determinada hierarquia institucional, além do requisito de guardarem entre si relações de complementaridade macroeconômica.

Diferentemente dos países asiáticos, também inseridos na economia global, o padrão de inserção internacional do Brasil prioriza a acumulação financeira em detrimento do investimento produtivo e do potencial exportador do país. O Estado torna-se o fiador dos compromissos institucionalizados entre as finanças domésticas e os mercados globais, de maneira a garantir a continuidade da acumulação financeira com proeminência da renda de juros que ele mesmo é forçado a pagar. Apesar da zeragem da dívida pública externa, o endividamento público interno permanece em níveis muito elevados. Como principal eixo de um processo de financeirização muito diferente do observado em países com taxas de juros baixas, a dívida interna do Estado brasileiro

torna-se um entrave para a expansão do investimento público e para a ampliação das políticas sociais que o governo ainda pode exibir como trunfo.

Uma das razões básicas é que a liberalização financeira com mercado de derivativos profundo e sob taxas de juros reais muito acima da média internacional mina a eficiência de qualquer política industrial. Este fato foi inclusive reconhecido pelos formuladores do Plano Brasil Maior. Como a tendência ao desequilíbrio externo ronda esse tipo de economia, e é preciso manter em bom estado as estruturas patrimoniais básicas para a acumulação financeira, o Banco Central brasileiro mantém elevadas as taxas de juros. No discurso oficial e midiático, os aumentos de juros seriam necessários para conter as pressões inflacionárias, supondo-se, retoricamente, a existência de excesso de demanda. Entretanto, uma das principais motivações para a recente subida dos juros é o aprofundamento do déficit no balanço de pagamento em transações correntes, que atingiu a cifra de 55 bilhões de dólares no final de 2012, com uma previsão de crescimento para mais de 70 bilhões de dólares em 2013. O encadeamento causal pode ser descrito como segue: 1) a liberalização financeira num ambiente marcado por taxas de juros demasiadamente elevadas intensifica o fluxo de entrada de capitais voláteis ou especulativos; 2) o Real se valoriza tendencialmente, contribuindo para aliviar as pressões inflacionárias, mas com efeitos perversos sobre a dinâmica da indústria e sobre as contas externas; 3) as importações se expandem mais rapidamente do que o potencial exportador do país, atual-

mente centrado na produção de commodities, que já representam mais de 70% da pauta de exportações brasileiras; 4) a indústria produtora de bens de maior valor adicionado ou conteúdo científico-tecnológico encolhe ou tende a desaparecer, levando a um processo de especialização regressiva; 5) a perda de competitividade sistêmica provocada pelo próprio ambiente macroeconômico de alta taxa de juros e câmbio apreciado deteriora mais ainda o saldo comercial, contribuindo para a permanência dos déficits em transações correntes; 6) a forte saída de capitais é impulsionada pela crescente internacionalização das plantas empresariais brasileiras, já que as remessas de lucros se intensificam e são facilitadas pela apreciação cambial; 7) o Banco Central é forçado a empreender nova escalada de aumentos da SELIC. O investimento produtivo (não as aplicações financeiras) declina e mantém-se muito abaixo do montante necessário à aceleração do crescimento econômico e à sua sustentabilidade macrodinâmica. A preços constantes, a taxa de investimento brasileira não ultrapassa os 18% do PIB; juntamente com as taxas de crescimento econômico, são as mais baixas entre os países em desenvolvimento. O processo então se reinicia, conforme descrito em 1), numa circularidade persistente e pernicioso ao desenvolvimento econômico sustentável do país.

O Brasil opera na antípoda da China e dos demais países asiáticos que expandem de forma sustentada suas capacidades de produção e de inovação científico-tecnológica. Esses países efetivamente possuem uma estratégia consistente de desenvolvimento de longo prazo, enquanto aqui te-

mos tão somente uma configuração estrutural e macroeconômica voltada prioritariamente para a otimização das carteiras de ativos do setor financeiro e do setor exportador de commodities. Dado o enorme peso econômico e político desses setores, as decisões governamentais perdem autonomia e consolidam a complementaridade de nossa pauta “commoditizada” de exportações com a dos asiáticos, focada, sabiamente, em produtos de muito maior valor agregado. Trata-se do caminho politicamente mais fácil para garantir, no curto prazo, a governabilidade e adiar para um eterno longo prazo, o futuro como país desenvolvido. Praticando políticas de efeitos opostos àquelas das economias que mais crescem no mundo, será, contudo, surpreendente se formos igualmente capazes de chegar ao mesmo lugar. Mas, se tal for o caso, teremos que repensar mais e melhor todas as teorias econômicas e voltar a acreditar nas vantagens comparativas estáticas do economista britânico, David Ricardo, esquecendo o destino de Portugal, comparativamente ao da Inglaterra.

\* É doutor em Economia das Instituições pela *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (EHESS-Paris), doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo IE-UFRJ, pesquisador e professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE, e professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj e da Universidade Mackenzie-Rio.

1 A primeira versão deste artigo foi publicada na web pela revista Carta Maior, em 28/08/2013. A presente versão traz pequenas alterações e ajustes, notadamente, no quadro 1.

2 Macroanálise histórica e institucionalista desenvolvida por pesquisadores franceses que se dedicam às problemáticas do crescimento e desenvolvimento econômicos.

O JE dá prosseguimento à publicação de resumos dos textos vencedores do 23º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Bianca Reich, graduada pela UFRJ, foi o segundo colocado no concurso.

## BRICs: projeções e realidade – uma avaliação do artigo *Building better global economic BRICs* dez anos após sua publicação



Bianca Reich\*

As transformações recentes no cenário internacional têm levantado o debate sobre a emergência de uma nova ordem global. Esse debate tem origem na observação de alguns fatos na economia mundial, entre eles: o fortalecimento, através de elevadas taxas de crescimento econômico, de um grupo de economias emergentes; os Estados Unidos, o atual país hegemônico, sofrerem um desgaste em sua força econômica e política; e, recentemente, a União Europeia enfrenta uma crise decorrente da fragilidade econômica de seus Estados-membros periféricos.

Dentro desse contexto, no ano de 2001 um estudo publicado pelo banco Goldman Sachs e chefiado pelo economista Jim O'Neill - *Building Better Global Economic BRICs* – cunhou o acrônimo BRIC (em clara analogia a palavra *brick*, que em inglês significa “tijolo”) para definir as quatro nações emer-

gentes que mais se destacam no cenário internacional e que possuem grande potencial econômico para alcançarem os países ricos, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China.

O presente trabalho se propõe a analisar o artigo fundador do termo BRIC e fazer uma comparação com os resultados efetivamente vistos até o ano de 2010, para os países do BRIC e do G7, assim como avaliar em que medida as projeções se concretizaram ou não.

### Teoria do *Catching-Up*

O debate sobre o potencial de crescimento que essas quatro economias possuem está ligado às teorias que tratam do crescimento econômico dos países, mais especificamente, às teorias de *catching up*, que tratam da tendência ao movimento de convergência de um país menos desenvolvido em direção a um mais desenvolvido. Dentro do estudo do *catching up*, a teoria de Moses Abramovitz<sup>1</sup> é de suma importância, ao ser uma das pioneiras no campo de estudo e por trazer à tona alguns importantes conceitos teóricos.

O processo de *catching up* se refere a um movimento de convergência em termos de renda per capita e produtividade de um país menos desenvolvido em direção a um desenvolvido. O modelo clássico do processo de *catching up*, segundo Moses Abramovitz<sup>2</sup>, parte do pressuposto de que as nações em desenvolvimento possuem livre acesso ao *know-how* tecnológico dos países avançados e, ao se beneficiarem disso, os primeiros cresceriam mais rá-

pido do que os últimos e no longo prazo alcançariam os níveis de renda *per capita* mais avançados.

Entretanto, o processo de *catching up* não ocorre de forma automática. Segundo autores posteriores a Moses Abramovitz, o *catching up* implicaria a necessidade de criação de políticas de intencionalidade (industriais, tecnológicas) empreendidas pelos governos, acarretando mudanças estruturais nos países em desenvolvimento.

### Análise do artigo fundador dos BRICs: previsões

Os autores do artigo acreditavam que os BRICs iriam crescer mais do que o G7 na década seguinte e advogavam uma maior representatividade dos países emergentes nos fóruns de política econômica.

As previsões feitas foram decorrentes de suposições sobre as tendências de crescimento e padrões de inflação para a década seguinte. O estudo

Tabela 1

País	Cenários			
	A	B	C	D
Estados Unidos	1 34,2	1 32,5	1 31,5	1 26,5
Japão	2 11,0	2 10,5	2 9,7	3 7,3
Alemanha	3 6,1	3 7,7	3 6,6	4 5,6
Reino Unido	5 4,6	5 4,8	5 5,2	8 3,6
França	6 4,2	4 5,3	6 4,5	6 3,9
China	4 5,6	5 4,8	3 6,6	2 16,1
Itália	7 3,5	7 4,4	7 3,8	7 3,8
Canadá	10 2,4	9 2,3	10 2,1	10 2,5
Brasil	9 2,5	8 2,5	8 3,0	9 3,2
Índia	8 2,6	10 1,2	8 3,0	5 5,4
Rússia	11 1,3	11 0,6	11 1,6	11 2,3

Fonte: Paper "Building Better Global Economic BRICs", 2001.

Tabela 2 – Peso no PIB mundial (%)

Grupo de Países	Cenários			
	A	B	C	D
BRICs	12.0	9.1	14.2	27.0
G7	66.0	67.5	63.4	53.2

Fonte: O'Neill, Jim. Building Better Global Economic BRICs, 2001.

Gráfico 1

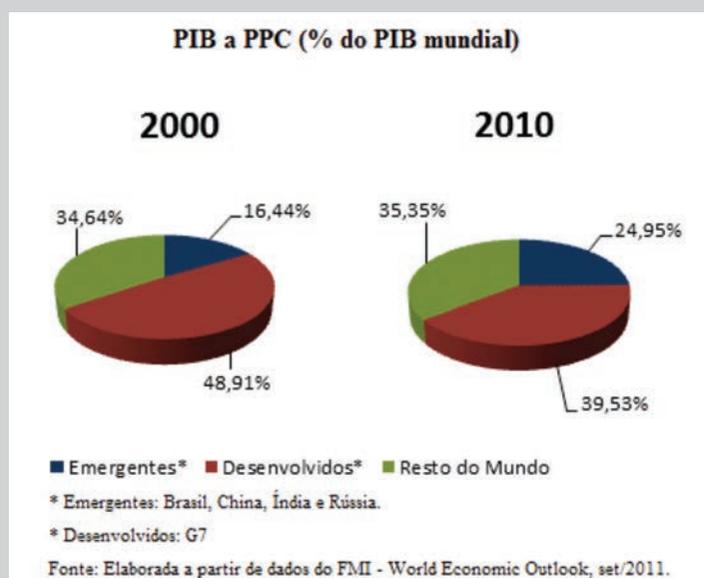


Tabela 3

**Comparação: Cenários e Resultados 2010**  
**Aquém ou Além das Expectativas?**

Países	PIB a PPC, 2010 (parcela no PIB mundial - %)	Cenários			
		A	B	C	D
Estados Unidos	19,2	-	-	-	-
China	13,6	+	+	+	-
Japão	5,8	-	-	-	-
Índia	5,4	+	+	+	=
Alemanha	3,9	-	-	-	-
Brasil	2,9	+	+	-	-
Rússia	2,9	+	+	+	+
Reino Unido	2,9	-	-	-	-
França	2,8	-	-	-	-
Itália	2,3	-	-	-	-
Canadá	1,7	-	-	-	-

Legenda: + superou a previsão / - não superou a previsão / = previsão igual

se baseou em quatro cenários diferentes que derivam de técnicas distintas, e esses cenários geraram quatro possíveis rankings das nações para a década seguinte. Os cenários construídos não levaram em consideração a crise econômica de 2008 (Tabela 1).

Na tabela 2, encontra-se a tabela que mostra como ficaria o peso dos BRICs e do G7 nos quatro cenários:

O estudo afirma que se for levado em consideração o PIB pela Paridade do Poder de Compra (PPC) das nações, a China e a Índia, ao contrá-

rio da Itália e do Canadá, é que deveriam integrar o grupo do G7. Além disso, a China seria tão grande quanto a Alemanha, baseando-se no PIB corrente; e Brasil e Índia estariam muito próximos da Itália.

### A realidade econômica até 2010

A análise de indicadores econômicos nos possibilita ver a evolução efetiva dos quatro países entre o período de 2000 a 2010 e comparar com as previsões realizadas pelo

artigo em 2001. O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB na PPC para o G7 e os BRICs, como percentual do PIB mundial (Gráfico 1).

A participação do PIB na PPC dos BRICs passou de 16,4% em 2000 para 25% do PIB mundial em 2010. Portanto, os resultados efetivamente ocorridos superaram as expectativas de três dos quatro cenários (A, B e C), e se assemelharam à porcentagem contida no cenário mais otimista, diferindo em 2% deste. Em relação ao G7, os resultados ocorridos efetivamente ficaram aquém das previsões contidas nos quatro cenários: de 2000 a 2010, sua participação no PIB mundial (PIB a PPC) passou de 48,9% a 39,5%, bem abaixo do resultado presente no cenário mais pessimista do estudo de 2001 (53,2%).

A tabela 3 mostra a relação entre as previsões e os resultados efetivamente vistos em 2010.

De acordo com os resultados, as tendências previstas no artigo se acen- tuaram. Os Estados Unidos permanecem na primeira posição, assim como previsto nos cenários A, B, C e D do artigo, porém, sua participação efetiva no PIB mundial é muito menor do que se imaginava ser em meados de 2010 em todos os cenários; no pior destes, o país contaria com 26,5% da participação do PIB mundial, quase 7% a mais do que o efetivamente visto em 2010. A participação de todos os países do G7 no PIB mundial ficou aquém das expectativas feitas pelo estudo. Por outro lado, a Rússia superou as expectativas de todos os cenários do estudo, assim como a Índia. A China só ficou abaixo da previsão do cenário D, enquanto o Brasil ficou aquém nas previsões dos cenários C e D.

### A institucionalização dos BRICs

Criou-se uma oportunidade de fortalecimento político para o grupo dos BRICs – reflexo de sua maior

importância econômica nos últimos tempos – e estes países reivindicam atualmente um papel político no cenário mundial mais condizente com sua força econômica. A formação de um bloco político informal, iniciada com a Primeira Cúpula dos BRICs, em 16 de junho de 2009, é consequência direta desse processo, e a partir daí observou-se o desenvolvimento de um incipiente trabalho de coordenação coletiva entre os quatro países e a formação de um grupo real BRIC em paralelo ao conceito dos BRICs.

Os resultados analisados confirmam a visão do estudo de 2001 de que as instituições de governança global necessitam de uma reformulação, com vistas a representar de maneira mais justa a relevância econômica dos países. Os autores do artigo de 2001 foram modestos nos resultados de seus cenários, e estes subestimaram os resultados efetivamente vistos nos BRICs e superestimaram os resultados do G7.

Os países do BRIC, dentro do período analisado, ganharam maior relevância econômica dentro do cenário mundial, e já contribuem com 25% do PIB mundial (na PPC). Os quatro países adquiriram maior importância econômica nos últimos tempos, e, se empreenderem as medidas internas necessárias para a manutenção desse crescimento nos próximos anos, têm a possibilidade de efetivamente completarem o processo de *catching up* e alcançarem os países desenvolvidos, como fizeram determinados países no pós-Segunda Guerra.

*Orientador:*

*Prof. Luiz Carlos Delorme Prado*

\* É formada em Ciências Econômicas pela UFRJ e mestranda em Economia pela Università Cattolica del Sacro Cuore, em Milão, Itália.

1 Abramovitz, Moses. (1986)

2 Abramovitz, Moses. "Catching-up, Forging Ahead and Falling Behind" (1986).

## Resultado da eleição de 31 de outubro de 2013 – Renovação 1º Terço

■ Com a participação de 1.778 economistas eleitores, foram eleitos os conselheiros para o mandato de 2014 a 2016. Os nomes do presidente e vice-presidente serão submetidos à apreciação do plenário na 1ª Sessão Ordinária de 2014. O mandato do presidente e vice tem vigência durante o ano de 2014.

*Presidente:* Sidney Pascoutto da Rocha • *Vice-Presidente:* Edson Peterli Guimarães • *Conselheiros Efetivos:* 1º Terço – Arthur Câmara Cardozo, Gisele Mello Senra Rodrigues, João Paulo de Almeida Magalhães • *Conselheiros Suplentes:* - 1º Terço – Andrea Bastos da Silva Guimarães, Marcelo Pereira Fernandes, Regina Lúcia Gadioli dos Santos

### Resolução nº 291, de 05 de novembro de 2013

Dispõe sobre os valores relativos à cobrança das contribuições parafiscais, emolumentos, multas e Certidões de Acervo Técnico devidos ao Conselho Regional de Economia/1ª Região – RJ por pessoas físicas e jurídicas para o exercício de 2014.



O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1ª REGIÃO - RJ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares conferidas pela Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, pela Lei nº 6.021, de 03 de janeiro de 1974, pela Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, e pelo artigo 21 do seu Regimento Interno:

**CONSIDERANDO** a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos de Fiscalização Profissional em geral;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, editada pelo Conselho Federal de Economia, que criou e regulamentou o Manual de Arrecadação do Sistema COFECON/CORECON;

**CONSIDERANDO** a Resolução nº 1.898, de 09 de setembro de 2013, editada pelo Conselho Federal de Economia, que define os parâmetros para fixação dos valores das anuidades, bem como dos emolumentos, multas e Certidões de Acervo Técnico, devidos por pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos Regionais de Economia para o exercício de 2014, e dá outras providências.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma dos anexos I e II desta Resolução, os valores relativos à cobrança das contribuições parafiscais e emolumentos devidos ao CORECON/RJ pelas pessoas físicas e jurídicas, nele registradas, para o exercício de 2014. Os valores foram reajustados em relação às anuidades de 2013, pelo percentual de 6,38% (seis inteiros e trinta e oito centésimos por cento), que representa a variação integral do INPC/IBGE para o período de agosto de 2012 a julho de 2013.

Art. 2º Fixar os limites para cobrança das multas, por descumprimento aos dispositivos das Leis nº 1.411/51 e 6.839/80, do Decreto nº 31.794/52, e da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, editada pelo Conselho Federal de Economia, na forma do Anexo III desta Resolução, por quaisquer pessoas físicas e jurídicas, registradas ou não em Conselho Regional de Economia.

Art. 3º Os débitos das pessoas físicas registradas no Conselho Regional de Economia/1ª Região/RJ ficam isentos da multa de mora de 2% (dois por cento), conforme previsto no parágrafo 2º, do artigo 20, da Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, do Conselho Federal de Economia, e Resolução nº 073/11 do Conselho Regional de Economia/1ª Região/RJ.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 05 de novembro de 2013.

*Sidney Pascoutto da Rocha*  
Presidente

#### RESOLUÇÃO Nº 291, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

##### ANEXO I - PESSOA FÍSICA

**I – Inscrição Definitiva** ..... R\$ 41,00

##### II – Contribuição Parafiscal

**a) Valor Base** ..... R\$ 393,11

##### b) Pagamento Antecipado

Vencimento	Descontos (%)	Valores (R\$)
Até 31/01/2014	10%	353,80
Até 28/02/2014	5%	373,45
Até 29/03/2014	0%	393,11

##### c) Pagamento parcelado

A anuidade devida pelos economistas poderá ser paga sem desconto, em 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 31/01/2014, 28/02/2014 e 31/03/2014. Após o vencimento, serão cobrados juros de mora de 1% ao mês, e correção pelo INPC/IBGE.

##### III – EMOLUMENTOS DIVERSOS

**a) Expedição de Carteiras de Identidade** ..... R\$ 48,30

**b) Taxas, Certidões e Atestados** ..... R\$ 48,30

**c) Certidão de Acervo Técnico – CAT** ..... R\$ 75,00

#### RESOLUÇÃO Nº 291, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

##### ANEXO II - PESSOA JURÍDICA

**I – Inscrição Definitiva** ..... R\$ 164,95

**II – Inscrição Secundária** ..... R\$ 78,22

##### III – Contribuição Parafiscal

**a) O valor das contribuições é devido em função da faixa do capital social, conforme a tabela abaixo:**

FAIXAS DE CAPITAL	VALOR E VENCIMENTO ÚNICO EM 31/03/2014
Até R\$10.000,00	R\$426,73
Acima de R\$10.000,00 e até R\$50.000,00	R\$561,58
Acima de R\$50.000,00 e até R\$200.000,00	R\$1.123,16
Acima de R\$200.000,00 e até R\$500.000,00	R\$1.684,74
Acima de R\$500.000,00 e até R\$1.000.000,00	R\$2.246,32
Acima de R\$1.000.000,00 e até R\$2.000.000,00	R\$2.807,90
Acima de R\$2.000.000,00 e até R\$10.000.000,00	R\$ 3.369,48
Acima de R\$10.000.000,00	R\$4.492,64

##### b) Pagamento parcelado

A anuidade das Pessoas Jurídicas poderá ser paga sem desconto, em 3 (três) parcelas iguais e consecutivas, nos dias 31/01/2014, 28/02/2014 e 31/03/2014. Após o vencimento, serão cobrados juros de mora de 1% ao mês, e correção pelo INPC/IBGE.

##### c) Pagamento antecipado

Vencimento	Descontos (%)
Até 31/01/2014	10%
Até 28/02/2014	5%
Até 31/03/2014	0%

##### IV – Emolumentos Diversos

**a) Taxa de cancelamento de Registro** ..... R\$ 53,96

**b) Atestados e Certidões de Regularidade de Funcionamento** ..... R\$ 71,92

**c) Certidão de Acervo Técnico - CAT** ..... R\$ 100,00

Embora não faça parte de suas atribuições, o Corecon/RJ mantém convênios com diversos prestadores de serviços e instituições de ensino. A economia proporcionada pode ser superior ao valor pago pela anuidade. Para informações, consulte a seção “convênios” no sítio [www.corecon-rj.org.br](http://www.corecon-rj.org.br).